No. 38007

Brazil
and
Portugal

Treaty on friendship, cooperation and consultation between the Federative Republic of Brazil and the Portugnese Repuhlic. Porto Seguro, 22 April 2000

Entry into force: *5 September 2001, in accordance with article 77*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 2 January 2002*

Brésil
et
Portugal

Traité d'amitié, de coopération et de consultation entre la République fédérative du Brésil et la République portugaise. Porto Seguro, 22 avril 2000

Entrée en vigueur : *5 septembre 2001, conformément à l'article 77*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 2 janvier 2002*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO DE AMIZADE, COOPERAÇÃO E CONSULTA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA PORTUGUESA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Portuguesa
(adiante denominados "Partes Contratantes"),

Representados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, reunidos em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000;

Considerando que nesse dia se comemora o quinto centenário do fato histórico do descobrimento do Brasil;

Conscientes do amplo campo de convergência de objetivos e da necessidade de reafirmar, consolidar e desenvolver os particulares e fortes laços que unem os dois povos, fruto de uma história partilhada por mais de três séculos e que exprimem uma profunda comunidade de interesses morais, políticos, culturais, sociais e econômicos;

Reconhecendo a importância de instrumentos similares que precederam o presente Tratado,

Acordam o seguinte:

TÍTULO I
Princípios Fundamentais

1. Fundamentos e Objetivos do Tratado

ARTIGO 1°

As Partes Contratantes, tendo em mente a secular amizade que existe entre os dois países, concordam em que suas relações terão por base os seguintes princípios e objetivos:

1. o desenvolvimento econômico, social e cultural alicerçado no respeito dos direitos e liberdades fundamentais, enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no princípio da organização democrática da Sociedade e do Estado, e na busca de uma maior e mais ampla justiça social;

2. o estreitamento dos vínculos entre os dois povos com vistas à garantia da paz e do progresso nas relações internacionais, à luz dos objetivos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;

3. a consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em que Brasil e Portugal se integram, instrumento fundamental na prossecução de interesses comuns;

4. a participação do Brasil e de Portugal em processos de integração regional, como a União Européia e o Mercosul, almejando permitir a aproximação entre a Europa e a América Latina para a intensificação das suas relações.

ARTIGO 2°

1. O presente Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta define os princípios gerais que hão de reger as relações entre os dois países, à luz dos princípios e objetivos atrás enunciados.

2. No quadro por ele traçado, outros instrumentos jurídicos bilaterais, já concluídos ou a concluir, são ou poderão ser chamados a desenvolver ou regulamentar áreas setoriais determinadas.

2. Cooperação Política e Estruturas Básicas de Consulta e Cooperação

ARTIGO 3°

Em ordem a consolidar os laços de amizade e de cooperação entre as Partes Contratantes, serão intensificadas a consulta e a cooperação política sobre questões bilaterais e multilaterais de interesse comum.

ARTIGO 4°

A consulta e a cooperação política entre as Partes Contratantes terão como instrumentos:

a) visitas regulares dos Presidentes dos dois países;

b) cimeiras anuais dos dois Governos, presididas pelos chefes dos respectivos Executivos;

c) reuniões dos responsáveis pela política externa de ambos os países, a realizar, em cada ano, alternadamente, no Brasil e em Portugal, bem como, sempre que recomendável, no quadro de organizações internacionais, de caráter universal ou regional, em que os dois Estados participem.

d) visitas recíprocas dos membros dos poderes constituídos de ambos os países, para além das referidas nas alíneas anteriores, com especial incidência naquelas que contribuam para o reforço da cooperação interparlamentar;

e) reuniões de consulta política entre altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal;

f) reuniões da Comissão Permanente criada por este Tratado ao abrigo do Artigo 69.

ARTIGO 5º

A consulta e a cooperação nos domínios cultural e científico, econômico e financeiro e em outros domínios específicos processar-se-ão através dos mecanismos para tanto previstos no presente Tratado e nos acordos setoriais relativos a essas áreas.

TÍTULO II
Dos Brasileiros em Portugal e dos Portugueses no Brasil

1. Entrada e Permanência de Brasileiros em Portugal e de Portugueses no Brasil

ARTIGO 6º

Os titulares de passaportes diplomáticos, especiais, oficiais ou de serviço válidos do Brasil ou de Portugal poderão entrar no território da outra Parte Contratante ou dela sair sem necessidade de qualquer visto.

ARTIGO 7°

1. Os titulares de passaportes comuns válidos do Brasil ou de Portugal que desejem entrar no território da outra Parte Contratante para fins culturais, empresariais, jornalísticos ou turísticos por período de até 90 (noventa) dias são isentos de visto.

2. O prazo referido no parágrafo 1° poderá ser prorrogado segundo a legislação imigratória de cada um dos países, por um período máximo de 90 (noventa) dias.

ARTIGO 8°

A isenção de vistos estabelecida no Artigo anterior não exime os seus beneficiários da observância das leis e regulamentos em vigor, concernentes à entrada e permanência de estrangeiros no país de ingresso.

ARTIGO 9°

É vedado aos beneficiários do regime de isenção de vistos estabelecido no Artigo 6° o exercício de atividades profissionais cuja remuneração provenha de fonte pagadora situada no país de ingresso.

ARTIGO 10°

As Partes Contratantes trocarão exemplares dos seus passaportes em caso de mudança dos referidos modelos.

ARTIGO 11

Em regime de reciprocidade, são isentos de toda e qualquer taxa de residência os nacionais de uma das Partes Contratantes residentes no território da outra Parte Contratante.

2. Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses

ARTIGO 12

Os brasileiros em Portugal e os portugueses no Brasil, beneficiários do estatuto de igualdade, gozarão dos mesmos direitos e estarão sujeitos aos mesmos deveres dos nacionais desses Estados, nos termos e condições dos Artigos seguintes.

ARTIGO 13

1. A titularidade do estatuto de igualdade por brasileiros em Portugal e por portugueses no Brasil não implicará em perda das respectivas nacionalidades.

2. Com a ressalva do disposto no parágrafo 3° do Artigo 17, os brasileiros e portugueses referidos no parágrafo 1° continuarão no exercício de todos os direitos e deveres inerentes às respectivas nacionalidades, salvo aqueles que ofenderem a soberania nacional e a ordem pública do Estado de residência.

ARTIGO 14

Excetuam-se do regime de equiparação previsto no Artigo 12 os direitos expressamente reservados pela Constituição de cada uma das Partes Contratantes aos seus nacionais.

ARTIGO 15

O estatuto de igualdade será atribuído mediante decisão do Ministério da Justiça, no Brasil, e do Ministério da Administração Interna, em Portugal, aos brasileiros e portugueses que o requeiram, desde que civilmente capazes e com residência habitual no país em que ele é requerido.

ARTIGO 16

O estatuto de igualdade extinguir-se-á com a perda, pelo beneficiário, da sua nacionalidade ou com a cessação da autorização de permanência no território do Estado de residência.

ARTIGO 17

1. O gozo de direitos políticos por brasileiros em Portugal e por portugueses no Brasil só será reconhecido aos que tiverem três anos de residência habitual e depende de requerimento à autoridade competente.

2. A igualdade quanto aos direitos políticos não abrange as pessoas que, no Estado da nacionalidade, houverem sido privadas de direitos equivalentes.

3. O gozo de direitos políticos no Estado de residência importa na suspensão do exercício dos mesmos direitos no Estado da nacionalidade.

ARTIGO 18

Os brasileiros e portugueses beneficiários do estatuto de igualdade ficam submetidos à lei penal do Estado de residência nas mesmas condições em que os respectivos nacionais e não estão sujeitos à extradição, salvo se requerida pelo Governo do Estado da nacionalidade.

ARTIGO 19

Não poderão prestar serviço militar no Estado de residência os brasileiros e portugueses nas condições do artigo 12. A lei interna de cada Estado regulará, para esse efeito, a situação dos respectivos nacionais.

ARTIGO 20

O brasileiro ou português, beneficiário do estatuto de igualdade, que se ausentar do território do Estado de residência terá direito à proteção diplomática apenas do Estado da nacionalidade.

ARTIGO 21

Os Governos do Brasil e de Portugal comunicarão reciprocamente, por via diplomática, a aquisição e perda do estatuto de igualdade regulado no presente Tratado.

ARTIGO 22

Aos brasileiros em Portugal e aos portugueses no Brasil, beneficiários do estatuto de igualdade, serão fornecidos, para uso interno, documentos de identidade de modelos iguais aos dos respectivos nacionais, com a menção da nacionalidade do portador e referência ao presente Tratado.

TÍTULO III
Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica

1. Princípios Gerais

ARTIGO 23

1. Cada Parte Contratante favorecerá a criação e a manutenção, em seu território, de centros e institutos destinados ao estudo, pesquisa e difusão da cultura literária, artística, científica e da tecnologia da outra Parte.

2. Os centros e institutos referidos compreenderão, designadamente, bibliotecas, núcleos de bibliografia e documentação, cinematecas, videotecas e outros meios de informação.

ARTIGO 24

1. Cada Parte Contratante esforçar-se-á por promover no território da outra Parte o conhecimento do seu patrimônio cultural, nomeadamente através de livros, periódicos e outras publicações, meios audiovisuais e eletrônicos, conferências, concertos, exposições, exibições cinematográficas e teatrais e manifestações artísticas semelhantes, programas radiofônicos e de televisão.

2. À Parte promotora das atividades mencionadas no número ou parágrafo anterior caberá o encargo das despesas delas decorrentes, devendo a Parte em cujo território se realizem as manifestações assegurar toda a assistência e a concessão das facilidades ao seu alcance.

3. A todo o material que fizer parte das referidas manifestações será concedida, para efeito de desembaraço alfandegário, isenção de direitos e demais imposições.

ARTIGO 25

Com o fim de promover a realização de conferências, estágios, cursos ou pesquisas no território da outra Parte, cada Parte Contratante favorecerá e estimulará o intercâmbio de professores, estudantes, escritores, artistas, cientistas, pesquisadores, técnicos e demais representantes de outras atividades culturais.

ARTIGO 26

1. Cada Parte Contratante atribuirá anualmente bolsas de estudo a nacionais da outra Parte possuidores de diploma universitário, profissionais liberais, técnicos, cientistas, pesquisadores, escritores e artistas, a fim de aperfeiçoarem seus conhecimentos ou realizarem pesquisas no campo de suas especialidades.

2. As bolsas de estudo deverão ser utilizadas no território da Parte que as tiver concedido.

ARTIGO 27

1. Cada Parte Contratante promoverá, através de instituições públicas ou privadas, especialmente institutos científicos, sociedades de escritores e artistas, câmaras e institutos de livros, o envio regular de suas publicações e demais meios de difusão cultural com destino às instituições referidas no parágrafo 2° do Artigo 23.

2. Cada Parte Contratante estimulará a edição, a co-edição e a importação das obras literárias, artísticas, científicas e técnicas de autores nacionais da outra Parte.

3. As Partes Contratantes estimularão entendimentos entre as instituições representativas da indústria do livro, com vista à realização de acordos sobre a tradução de obras estrangeiras para a língua portuguesa e sua edição.

4. As Partes Contratantes organizarão, através de seus serviços competentes, a distribuição coordenada das reedições de obras clássicas e das edições de obras originais feitas em seu território, em número suficiente para a divulgação regular das respectivas culturas entre instituições e pessoas interessadas da outra Parte.

ARTIGO 28

1. As Partes Contratantes comprometem-se a estimular a cooperação nos campos da ciência e da tecnologia.

2. Essa cooperação poderá assumir, nomeadamente, a forma de intercâmbio de informações e de documentação científica, técnica e tecnológica; de intercâmbio de professores, estudantes, cientistas, pesquisadores, peritos e técnicos; de organização de visitas e viagens de estudo de delegações científicas e tecnológicas; de estudo, preparação e realização conjunta ou coordenada de programas ou projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico; de apoio à realização, no território de uma das Partes, de exposições de caráter científico, tecnológico e industrial, organizadas pela outra Parte Contratante.

ARTIGO 29

Os conhecimentos tecnológicos adquiridos em conjunto, em virtude da cooperação nos campos da ciência e da tecnologia, concretizados em produtos ou processos que representem invenções, serão considerados propriedade comum e poderão ser patenteados em qualquer das Partes Contratantes, conforme a legislação aplicável.

ARTIGO 30

As Partes Contratantes propõem-se levar a cabo a microfilmagem ou a inclusão em outros suportes eletrônicos de documentos de interesse para a memória nacional do Brasil e de Portugal existentes nos respectivos arquivos e examinarão em conjunto, quando solicitadas, a possibilidade de participação nesse projeto de países de tradição cultural comum.

ARTIGO 31

1. Cada Parte Contratante, com o objetivo de desenvolver o intercâmbio entre os dois países no domínio da cinematografia e outros meios audiovisuais, favorecerá a co-produção de filmes, vídeos e outros meios audiovisuais, nos termos dos parágrafos seguintes.

2. Os filmes cinematográficos de longa ou curta metragem realizados em regime de co-produção serão considerados nacionais pelas autoridades competentes dos dois países e gozarão dos benefícios e vantagens que a legislação de cada Parte Contratante assegurar às respectivas produções.

3. Serão definidas em acordo complementar as condições em que se considera co-produção, para os efeitos do parágrafo anterior, a produção conjunta de filmes cinematográficos, por organizações ou empresas dos dois países, bem como os procedimentos a observar na apresentação e realização dos respectivos projetos.

4. Outras co-produções audiovisuais poderão ser consideradas nacionais pelas autoridades competentes dos dois países e gozar dos benefícios e vantagens que a legislação de cada Parte Contratante assegurar às respectivas produções, em termos a definir em acordo complementar.

2. Cooperação no Domínio da Língua Portuguesa

ARTIGO 32

As Partes Contratantes, reconhecendo o seu interesse comum na defesa, no enriquecimento e na difusão da língua portuguesa, promoverão, bilateral ou multilateralmente, em especial no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a criação de centros conjuntos para a pesquisa da língua comum e colaborarão na sua divulgação internacional, e nesse sentido apoiarão as atividades do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, bem como iniciativas privadas similares.

3. Cooperação no Domínio do Ensino e da Pesquisa

ARTIGO 33

As Partes Contratantes favorecerão e estimularão a cooperação entre as respectivas Universidades, instituições de ensino superior, museus, bibliotecas, arquivos, cinematecas, instituições científicas e tecnológicas e demais entidades culturais.

ARTIGO 34

Cada Parte Contratante promoverá a criação, nas respectivas Universidades, de cátedras dedicadas ao estudo da história, literatura e demais áreas culturais da outra Parte.

ARTIGO 35

Cada Parte Contratante promoverá a inclusão nos seus programas nacionais, nos vários graus e ramos de ensino, do estudo da literatura, da história, da geografia e das demais áreas culturais da outra Parte.

ARTIGO 36

As Partes Contratantes procurarão coordenar as atividades dos leitorados do Brasil e de Portugal em outros países.

ARTIGO 37

Nos termos a definir por acordo complementar, poderão os estudantes brasileiros ou portugueses, inscritos em uma Universidade de uma das Partes Contratantes, ser admitidos a realizar uma parte do seu currículo acadêmico em uma Universidade da outra Parte Contratante.

ARTIGO 38

Também em acordo complementar será definido o regime de concessão de equivalência de estudos aos nacionais das Partes Contratantes que tenham tido aproveitamento escolar em estabelecimentos de um desses países, para o efeito de transferência e de prosseguimento de estudos nos estabelecimentos da outra Parte Contratante.

4. Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e de Títulos de Especialização

ARTIGO 39

1. Os graus e títulos acadêmicos de ensino superior concedidos por estabelecimentos para tal habilitados por uma das Partes Contratantes em favor de nacionais de qualquer delas serão reconhecidos pela outra Parte Contratante, desde que certificados por documentos devidamente legalizados.

2. Para efeitos do disposto no Artigo anterior, consideram-se graus e títulos acadêmicos os que sancionam uma formação de nível pós-secundário com uma duração mínima de três anos.

ARTIGO 40

A competência para conceder o reconhecimento de um grau ou título acadêmico pertence, no Brasil às Universidades e em Portugal às Universidades e demais instituições de ensino superior, a quem couber atribuir o grau ou título acadêmico correspondente.

ARTIGO 41

O reconhecimento será sempre concedido, a menos que se demonstre, fundamentadamente, que há diferença substancial entre os conhecimentos e as aptidões atestados pelo grau ou título em questão, relativamente ao grau ou título correspondente no país em que o reconhecimento é requerido.

ARTIGO 42

1. Podem as Universidades no Brasil e as Universidades e demais instituições de ensino superior em Portugal celebrar convênios tendentes a assegurar o reconhecimento automático dos graus e títulos acadêmicos por elas emitidos em favor dos nacionais de uma e outra Parte Contratante, tendo em vista os currículos dos diferentes cursos por elas ministrados.

2. Tais convênios deverão ser homologados pelas autoridades competentes em cada uma das Partes Contratantes se a legislação local o exigir.

ARTIGO 43

Sem prejuízo do que se achar eventualmente disposto quanto a *numerus clausus*, o acesso a cursos de pós-graduação em Universidades no Brasil e em Universidades e demais instituições de ensino superior em Portugal é facultado aos nacionais da outra Parte Contratante em condições idênticas às exigidas aos nacionais do país da instituição em causa.

ARTIGO 44

Com as adaptações necessárias, aplica-se por analogia, ao reconhecimento de títulos de especialização, o disposto nos Artigos 39 a 41.

ARTIGO 45

1. As Universidades no Brasil e as Universidades e demais instituições de ensino superior em Portugal, associações profissionais para tal legalmente habilitadas ou suas federações, bem como as entidades públicas para tanto competentes, de cada uma das Partes Contratantes, poderão celebrar convênios que assegurem o reconhecimento de títulos de especialização por elas emitidos, em favor de nacionais de uma e outra Parte.

2. Tais convênios deverão ser homologados pelas autoridades competentes de ambas as Partes Contratantes, se não tiverem sido por elas subscritos.

5. Acesso a Profissões e seu Exercício

ARTIGO 46

Os nacionais de uma das Partes Contratantes poderão aceder a uma profissão e exercê-la, no território da outra Parte Contratante, em condições idênticas às exigidas aos nacionais desta última.

ARTIGO 47

Se o acesso a uma profissão ou o seu exercício se acharem regulamentados no território de uma das Partes Contratantes por disposições decorrentes da participação desta em um processo de integração regional, poderão os nacionais da outra Parte Contratante aceder naquele território a essa profissão e exercê-la em condições idênticas às prescritas para os nacionais dos outros Estados participantes nesse processo de integração regional.

6. Direitos de Autor e Direitos Conexos

ARTIGO 48

1. Cada Parte Contratante, em harmonia com os compromissos internacionais a que tenham aderido, reconhece e assegura a proteção, no seu território, dos direitos de autor e direitos conexos dos nacionais da outra Parte.

2. Nos mesmos termos e sempre que verificada a reciprocidade, serão reconhecidos e assegurados os direitos sobre bens informáticos.

3. Será estudada a melhor forma de conceder aos beneficiários do regime definido nos dois parágrafos ou números anteriores tratamento idêntico ao dos nacionais no que toca ao recebimento dos seus direitos.

TÍTULO IV
Cooperação Econômica e Financeira

1. Princípios Gerais

ARTIGO 49

As Partes Contratantes encorajarão e esforçar-se-ão por promover o desenvolvimento e a diversificação das suas relações econômicas e financeiras, mediante uma crescente cooperação, tendente a assegurar a dinamização e a modernização das respectivas economias, sem prejuízo dos compromissos internacionais por elas assumidos.

ARTIGO 50

Tendo em vista o disposto no Artigo anterior, as Partes Contratantes procurarão definir, relativamente aos diversos setores de atividade, regimes legais que permitam o acesso das pessoas físicas e jurídicas ou pessoas singulares e coletivas nacionais de cada uma delas a um tratamento tendencialmente unitário.

ARTIGO 51

Reconhecem as Partes que a realização dos objetivos referidos no Artigo 49 requer:

a) a difusão adequada, sistemática e atualizada de informações sobre a capacidade de oferta de bens e de serviços e de tecnologia, bem como de oportunidades de investimentos nos dois países;

b) o acréscimo de colaboração entre empresas brasileiras e portuguesas, através de acordos de cooperação, de associação e outros que concorram para o seu crescimento e progresso técnico e facilitem o aumento e a valorização do fluxo de trocas entre os dois países;

c) a promoção e realização de projetos comuns de investimentos, de co-investimento e de transferência de tecnologia com vistas a desenvolver e modernizar as estruturas empresariais no Brasil e em Portugal e facilitar o acesso a novas atividades em termos competitivos no plano internacional.

ARTIGO 52

Para alcançar os objetivos assinalados nos Artigos anteriores propõem-se as Partes, designadamente:

a) estimular a troca de informações e de experiências bem como a realização de estudos e projetos conjuntos de pesquisa e de planejamento ou planeamento entre instituições, empresas e suas organizações, de cada um dos países, em ordem a permitir a elaboração de estratégias de desenvolvimento comum, nos diferentes ramos de atividade econômica, a médio ou a longo prazo;

b) promover ou desenvolver ações conjuntas no domínio da formação científica, profissional e técnica dos intervenientes em atividades econômicas e financeiras nos dois países;

c) fomentar a cooperação entre empresas brasileiras e portuguesas na realização de projetos comuns de investimento tanto no Brasil e em Portugal como em terceiros mercados, designadamente através da constituição de "joint-ventures", privilegiando as áreas de integração econômica em que os dois países se enquadram;

d) estabelecer o intercâmbio sistemático de informações sobre concursos públicos ou concorrências públicas nacionais e internacionais e facilitar o acesso dos agentes econômicos brasileiros e portugueses a essas informações;

e) concertar as suas posições em instituições internacionais nas áreas econômicas e financeiras, nomeadamente no que respeita à disciplina dos mercados de matérias primas e estabilização de preços.

ARTIGO 53

Entre os domínios abertos à cooperação entre as duas Partes, nos termos e com os objetivos fixados nos artigos 49 a 52, figuram designadamente, agricultura, as pescas, energia, indústria, transportes, comunicações e turismo, em conformidade com acordos setoriais complementares.

2. Cooperação no Domínio Comercial

ARTIGO 54

As Partes Contratantes tomarão as medidas necessárias para promover o crescimento e a diversificação do intercâmbio comercial entre os dois países e, sem

quebra dos compromissos internacionais a que ambas se encontram obrigadas, instituirão o melhor tratamento possível aos produtos comerciais com interesse no comércio luso-brasileiro.

ARTIGO 55

As Partes Contratantes concederão entre si todas as facilidades necessárias para a realização de exposições, feiras ou certames semelhantes, comerciais, industriais, agrícolas e artesanais, nomeadamente o benefício de importação temporária, a dispensa do pagamento dos direitos de importação para mostruários e material de propaganda e, de um modo geral, a simplificação das formalidades aduaneiras, nos termos e condições previstos nas respectivas legislações internas.

3. Cooperação no Domínio dos Investimentos

ARTIGO 56

1. Cada Parte Contratante promoverá a realização no seu território de investimentos de pessoas físicas e jurídicas ou pessoas singulares e coletivas da outra Parte Contratante.

2. Os investimentos serão autorizados pelas Partes Contratantes de acordo com sua lei interna.

ARTIGO 57

1. Cada Parte Contratante garantirá, em seu território, tratamento não-discriminatório, justo e eqüitativo aos investimentos realizados por pessoas físicas e jurídicas ou pessoas singulares e coletivas da outra Parte Contratante, bem como à livre transferência das importâncias com eles relacionadas.

2. O tratamento referido no parágrafo 1° deste Artigo não será menos favorável do que o outorgado por uma Parte Contratante aos investimentos realizados em seu território, em condições semelhantes, por investidores de um terceiro país, salvo aquele concedido em virtude de participação em processos de integração regional, de acordos para evitar a dupla tributação ou de qualquer outro ajuste em matéria tributária.

3. Cada Parte Contratante concederá aos investimentos de pessoas físicas e jurídicas ou pessoas singulares e coletivas da outra Parte tratamento não menos favorável que o dado aos investimentos de seus nacionais, exceto nos casos previstos pelas respectivas legislações nacionais.

4. Cooperação no Domínio Financeiro e Fiscal

ARTIGO 58

As Partes Contratantes poderão estimular as instituições e organizações financeiras sediadas nos seus territórios a concluírem acordos inter-bancários e concederem créditos preferenciais, tendo em conta a legislação vigente nos dois Países e os respectivos compromissos internacionais, com vista a facilitar a implementação de projetos de cooperação econômica bilateral.

ARTIGO 59

1. Cada Parte Contratante atuará com base no princípio da não-discriminação em matéria fiscal relativamente aos nacionais da outra Parte.

2. As Partes Contratantes desenvolverão laços de cooperação no domínio fiscal, designadamente através da adoção de instrumentos adequados para evitar a dupla tributação e a evasão fiscais.

5. Propriedade Industrial e Concorrência Desleal

ARTIGO 60

Cada Parte Contratante, em harmonia com os compromissos internacionais a que tenha aderido, reconhece e assegura a proteção, no seu território, dos direitos de propriedade industrial dos nacionais da outra Parte, garantindo a estes os recursos aos meios de repressão da concorrência desleal.

TÍTULO V
Cooperação em Outras Áreas

1. Meio Ambiente e Ordenamento do Território

ARTIGO 61

As Partes Contratantes comprometem-se a cooperar no tratamento adequado dos problemas relacionados com a defesa do meio ambiente, no quadro do desenvolvimento sustentável de ambos os países, designadamente quanto ao planejamento ou planeamento e gestão de reservas e parques nacionais, bem como quanto à formação em matéria ambiental.

2. Seguridade Social ou Segurança Social

ARTIGO 62

As Partes Contratantes darão continuidade e desenvolverão a cooperação no domínio da seguridade social ou segurança social, a partir dos acordos setoriais vigentes.

3. Saúde

ARTIGO 63

As Partes Contratantes desenvolverão ações de cooperação, designadamente na organização dos cuidados de saúde primários e diferenciados e no controle de endemias e afirmam o seu interesse em uma crescente cooperação em organizações internacionais na área da saúde.

4. Justiça

ARTIGO 64

1. As Partes Contratantes comprometem-se a prestar auxílio mútuo em matéria penal e a combater a produção e o tráfico ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas.

2. Propõem-se também desenvolver a cooperação em matéria de extradição e definir um quadro normativo adequado que permita a transferência de pessoas condenadas para cumprimento de pena no país de origem, bem como alargar ações conjuntas no campo da administração da justiça.

5. Forças Armadas

ARTIGO 65

As Partes Contratantes desenvolverão a cooperação militar no domínio da defesa, designadamente através de troca de informações e experiências em temas de atualidade como, entre outros, as Operações de Paz das Nações Unidas.

6. Administração Pública

ARTIGO 66

Através dos organismos competentes e com recurso, se necessário, a instituições e técnicos especializados, as Partes Contratantes desenvolverão a cooperação no âmbito da reforma e modernização administrativa, em temas e áreas entre elas previamente definidos.

7. Ação Consular

ARTIGO 67

As Partes Contratantes favorecerão contatos ágeis e diretos entre as respectivas administrações na área consular.

ARTIGO 68

A partir dos acordos setoriais vigentes, as Partes Contratantes desenvolverão os mecanismos de cooperação baseados na complementaridade das redes consulares dos dois países, de modo a estender a proteção consular aos nacionais de cada uma delas, nos locais a serem previamente especificados entre ambas, onde não exista repartição consular brasileira ou posto consular português.

TÍTULO VI
Execução do Tratado

ARTIGO 69

Será criada uma Comissão Permanente luso-brasileira para acompanhar a execução do presente Tratado.

ARTIGO 70

A Comissão Permanente será composta por altos funcionários designados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em número não superior a cinco por cada Parte Contratante.

ARTIGO 71

A presidência da Comissão Permanente será assumida, em cada ano, alternadamente, pelo chefe da delegação do Brasil e pelo chefe da delegação de Portugal.

ARTIGO 72

A Comissão Permanente reunir-se-á obrigatoriamente, uma vez por ano, no país do presidente em exercício e poderá ser convocada por iniciativa deste ou a pedido do chefe da delegação da outra Parte, sempre que as circunstâncias o aconselharem.

ARTIGO 73

Compete à Comissão Permanente acompanhar a execução do presente Tratado, analisar as dificuldades ou divergências surgidas na sua interpretação ou aplicação, propor as medidas adequadas para a solução dessas dificuldades, bem como sugerir as modificações tendentes a aperfeiçoar a realização dos objetivos deste instrumento.

ARTIGO 74

1. A Comissão Permanente poderá funcionar em pleno ou em subcomissões para a análise de questões relativas a áreas específicas.

2. As propostas das subcomissões serão submetidas ao plenário da Comissão Permanente.

ARTIGO 75

As dificuldades ou divergências surgidas na interpretação ou aplicação do Tratado serão resolvidas através de consultas, por negociação direta ou por qualquer outro meio diplomático acordado por ambas as Partes.

ARTIGO 76

A composição das delegações que participam nas reuniões da Comissão Permanente, ou das suas subcomissões, bem como a data, local e respectiva ordem de trabalhos serão estabelecidos por via diplomática.

TÍTULO VII
Disposições Finais

ARTIGO 77

1. O presente Tratado entrará em vigor trinta dias após a data da recepção da segunda das notas pelas quais as Partes comunicarem reciprocamente a aprovação do mesmo, em conformidade com os respectivos processos constitucionais.

2. O presente Tratado poderá, de comum acordo entre as Partes Contratantes, ser emendado. As emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo 1°.

3. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciar o presente Tratado, cessando os seus efeitos seis meses após o recebimento da notificação de denúncia.

ARTIGO 78

O presente Tratado revoga ou ab-roga os seguintes instrumentos jurídicos bilaterais:

a) Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e Portugal para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais, celebrado em Lisboa, aos 15 dias do mês de outubro de 1951, por troca de Notas;

b) Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, celebrado no Rio de Janeiro, aos 16 dias do mês de novembro de 1953;

c) Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns entre o Brasil e Portugal, concluído em Lisboa, por troca de Notas, aos 9 dias do mês de agosto de 1960;

d) Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal, celebrado em Lisboa, aos 7 dias do mês de setembro de 1966;

e) Protocolo Adicional ao Acordo Cultural de 7 de setembro de 1966, celebrado em Lisboa, aos 22 dias do mês de abril de 1971;

f) Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, celebrada em Brasília, aos 7 dias do mês de setembro de 1971;

g) Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e Portugal, para a abolição do pagamento da taxa de residência pelos nacionais de cada um dos países residentes no território do outro, celebrado em Brasília, aos 17 dias do mês de julho de 1979;

h) Acordo Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, celebrado em Brasília, aos 7 dias do mês de maio de 1991;

i) Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa relativo à Isenção de Vistos, celebrado em Brasília, aos 15 dias do mês de abril de 1996.

ARTIGO 79

Os instrumentos jurídicos bilaterais não expressamente referidos no Artigo anterior permanecerão em vigor em tudo o que não for contrariado pelo presente Tratado.

Feito em Porto Seguro, aos 22 dias do mês de abril do ano 2000, em dois exemplares originais em língua portuguesa, sendo ambos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
Jaime Gama
Ministro dos Negócios Estrangeiros

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

TREATY OF FRIENDSHIP, COOPERATION AND CONSULTATION BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE PORTUGUESE REPUBLIC

The Government of the Federative Republic of Brazil

and the Government of the Portuguese Republic (hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Represented by the Minister for Foreign Affairs of Brazil and the Minister for Foreign Affairs of Portugal, meeting in Porto Seguro on 22 April 2000,

Considering that this date marks the quincentenary of the discovery of Brazil,

Aware of their many common goals and of the need to reaffirm, strengthen and develop the specific strong ties that unite their two peoples, the result of over three centuries of shared history and the expression of a deeply-rooted community of moral, political, cultural, social and economic interests,

Recognizing the importance of similar instruments that have preceded this Treaty,

Have agreed as follows:

TITLE I. BASIC PRINCIPLES

1. BASES AND OBJECTIVES OF THE TREATY

Article 1

The Contracting Parties, mindful of the long-standing friendship between the two countries, agree that their relations shall be based on the following principles and objectives:

1. Economic, social and cultural development founded on respect for the fundamental rights and freedoms set forth in the Universal Declaration of Human Rights, the principle of democratic organization of society and the State and the search for greater and more widespread social justice;

2. Closer links between the two peoples with a view to guaranteeing peace and progress in international relations, in the light of the purposes and principles enshrined in the Charter of the United Nations;

3. A strengthened Community of Portuguese-speaking Countries, of which Brazil and Portugal are members, as a fundamental instrument in the pursuit of common interests; and

4. The participation of Brazil and Portugal in regional integration processes such as the European Union and the Southern Common Market (MERCOSUR), in order to bring Europe and Latin America closer together with a view to strengthening their relations.

Article 2

1. This Treaty of Friendship, Cooperation and Consultation establishes the general principles that will govern relations between the two countries, in the light of the principles and objectives set forth above.

2. Within the framework established hereunder, other existing or future bilateral legal instruments are or may be required to develop or regulate specific sectoral areas.

2. POLITICAL COOPERATION AND BASIC STRUCTURES FOR CONSULTATION AND COOPERATION

Article 3

In order to strengthen the ties of friendship and cooperation between the Contracting Parties, consultation and political cooperation on bilateral and multilateral issues of mutual interest shall be increased.

Article 4

Consultation and political cooperation between the Contracting Parties shall take place through:

(a) Regular visits by the Presidents of the two countries;

(b) Annual summit meetings of the two Governments, presided over by the heads of their respective executive branches;

(c) Meetings of the officials responsible for the foreign policy of the two countries, to be held annually, in Brazil and Portugal alternately, and also whenever advisable, within the framework of universal or regional international organizations of which the two States are members;

(d) Reciprocal visits between members of the executive, legislative and judicial branches of the two countries, in addition to those mentioned in the preceding paragraphs, with special emphasis on visits which help strengthen interparliamentary cooperation;

(e) Political consultation meetings between senior officials of the Ministry of Foreign Affairs of Brazil and the Ministry of Foreign Affairs of Portugal; and

(f) Meetings of the Standing Committee created under article 69 of this Treaty.

Article 5

Consultation and cooperation on cultural, scientific, economic and financial matters and in other specific areas shall take place through the mechanisms provided to that end in this Treaty and in sectoral agreements on those areas.

TITLE II. BRAZILIANS IN PORTUGAL AND PORTUGUESE IN BRAZIL

I. ENTRY AND STAY IN OF BRAZILIANS IN PORTUGAL AND PORTUGUESE IN BRAZIL

Article 6

Holders of valid Brazilian or Portuguese diplomatic, special, official or service passports may enter or leave the territory of the other Contracting Party without the need for a visa of any kind.

Article 7

1. Holders of valid Brazilian or Portuguese common passports wishing to enter the territory of the other Contracting Party for purposes of culture, business, journalism or tourism for a period not exceeding 90 (ninety) days are exempt from the visa requirement.

2. The period mentioned in paragraph 1 may be extended for a further period of up to 90 (ninety) days under the immigration legislation of either country.

Article 8

The visa exemption established in the preceding article shall not exempt beneficiaries from observing the laws and regulations currently in force concerning the entry and stay of aliens in the country of entry.

Article 9

Beneficiaries of the visa exemption regime established in article 6 shall be prohibited from engaging in professional activities remunerated from payment sources located in the country of entry.

Article 10

The Contracting Parties shall exchange specimens of their passports in the event of changes in their format.

Article 11

Nationals of one Contracting Party residing in the territory of the other Contracting Party shall be exempt, on a reciprocal basis, from any and all residence tax.

2. EQUAL STATUS OF BRAZILIANS AND PORTUGUESE

Article 12

Brazilians in Portugal and Portuguese in Brazil benefiting from equal status shall enjoy the same rights and be subject to the same duties as nationals of those States, under the terms and conditions of the following articles.

Article 13

1. The enjoyment of equal status by Brazilians in Portugal and by Portuguese in Brazil shall not entail the loss of their respective nationalities.

2. Subject to the provisions of article 17, paragraph 3, Brazilians and Portuguese referred to in paragraph 1 shall continue to exercise all the rights and duties inherent in their respective nationalities, other than those which are incompatible with the national sovereignty and public policy of the State of residence.

Article 14

Rights which the Constitution of either State reserves expressly for its own nationals shall be excluded from the equal status regime set forth in article 12.

Article 15

Equal status shall be granted by means of a decision of the Ministry of Justice, in the case of Brazil, and of the Ministry of the Interior, in the case of Portugal, to Brazilian and Portuguese applicants, provided that they have legal capacity and are habitually resident in the country where the application is made.

Article 16

Equal status shall cease upon the beneficiary's loss of nationality or upon expiry of the authorization to remain in the territory of the State of residence.

Article 17

1. The enjoyment of political rights by Brazilians in Portugal and Portuguese in Brazil shall be granted only to persons who have resided there habitually for three years and upon application to the competent authority.

2. Equality of political rights shall not extend to persons whose equivalent rights have been taken away in their State of nationality.

3. The enjoyment of political rights in the State of residence shall have the effect of suspending the exercise of those rights in the State of nationality.

Article 18

Brazilian and Portuguese beneficiaries of equal status shall be subject to the criminal law of the State of residence under the same conditions as nationals of that State and shall be subject to extradition only at the request of the Government of the State of nationality.

Article 19

Portuguese and Brazilians subject to article 12 may not perform military service in the State of residence. The internal legislation of each State shall govern the situation of its nationals in that regard.

Article 20

A Brazilian or Portuguese beneficiary of equal status who leaves the territory of the State of residence shall be entitled to the diplomatic protection only of his or her State of nationality.

Article 21

The Governments of Brazil and Portugal shall notify each other through the diplomatic channel of the acquisition and loss of the equal status regulated by this Treaty.

Article 22

Brazilians in Portugal and Portuguese in Brazil benefiting from equal status shall be issued, for internal use, identity documents of the same type as those issued to nationals of the State of residence, indicating the bearer's nationality and including a reference to this Treaty.

TITLE III. CULTURAL, SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL COOPERATION

I. GENERAL PRINCIPLES

Article 23

1. Each Contracting Party shall promote the establishment and maintenance in its territory of centres and institutes for the study and dissemination of and research into the literature, art, science and technology of the other Party.

2. The above-mentioned centres and institutes shall include libraries, bibliographic and documentation centres, film libraries, video libraries and centres devoted to other information media.

Article 24

1. Each Contracting Party shall endeavour to promote knowledge of its cultural heritage in the territory of the other Party, including through books, periodicals and other publications, audio-visual and electronic media, lectures, concerts, exhibitions, filmshows, theatrical productions and similar artistic events, and radio and television programmes.

2. The Party promoting the activities mentioned in paragraph 1 shall be responsible for defraying the resulting costs. The Party hosting the events shall provide all possible assistance and facilities.

3. For purposes of customs clearance, all materials imported in connection with the above-mentioned events shall be excmpt from duties and other taxes.

Article 25

Each Contracting Party shall encourage and promote exchanges of teachers, students, writers, artists, scientists, researchers, technicians and representatives of other cultural activities in order to promote the organization of conferences, internships, courses or research in the territory of the other Party.

Article 26

1. Each Contracting Party shall award fellowships annually to university graduates, professionals, technicians, scientists, researchers, writers and artists who are nationals of the other Party to enable them to enhance their knowledge or carry out research in their area of specialization.

2. Fellowships shall be used in the territory of the Party which granted them.

Article 27

1. Each Contracting Party shall promote, through public or private institutions, especially scientific institutes, societies of writers and artists and book associations and institutes, the regular dispatch of publications and other means of cultural expression to the institutions mentioned in article 23, paragraph 2.

2. Each Contracting Party shall encourage the publication, joint publication and import of literary, artistic, scientific and technical works by authors who are nationals of the other Party.

3. The Contracting Parties shall encourage agreements between institutions representing thc book industry with a view to the conclusion of contracts for the translation of foreign works into Portuguese and their publication.

4. The Contracting Parties shall organize, through competent services, the coordinated distribution of reprinted editions of classic works and editions of original works produced in their territory, in quantities sufficient to ensure the systematic dissemination of their respective cultures among interested institutions and individuals of the other Party.

Article 28

1. The Contracting Parties undertake to encourage cooperation in the fields of science and technology.

2. Such cooperation may take the form of, inter alia, scientific, technical and technological information and documentation; exchanges of teachers, students, scientists, researchers, experts and technicians; the organization of visits and study trips for delegations of scientists and technologists; the joint or coordinated consideration, development and implementation of scientific research and technological development programmes or projects; and support for the organization by each Contracting Party of scientific, technological and industrial exhibits in the territory of the other Party.

Article 29

Technological know-how acquired jointly, through cooperation in the fields of science and technology, in the form of products or processes that constitute inventions shall be considered common property and may be patented in either Contracting Party in accordance with the applicable legislation.

Article 30

The Contracting Parties intend to make microfilms or other electronic reproductions of documents contained in their respective archives and of importance for the national heritage of Brazil and Portugal and shall consider jointly, upon request, the possible participation in such projects of other countries with which they share a common cultural tradition.

Article 31

1. Each Contracting Party shall encourage the co-production of films, videos and other audio-visual media, as provided in the following paragraphs, in order to promote exchanges between the two countries in the field of cinematography and other audio-visual media.

2. Feature films and short films that are co-produced shall be considered national films by the competent authorities of both countries and shall enjoy the benefits and advantages accorded by the legislation of each Contracting Party to nationally produced films.

3. The terms under which the joint production of cinematographic films by organizations or companies of the two countries shall be considered co-production for the purpose of paragraph 2, and the procedures to be followed in submitting and carrying out such projects, shall be established in a supplementary agreement.

4. Other audio-visual co-productions may be considered national by the competent authorities of both countries and enjoy the benefits and advantages accorded by the legislation of each Contracting Party to nationally produced audio-visual media, on terms to be established in a supplementary agreement.

2. Cooperation with regard to the Portuguese language

Article 32

The Contracting Parties, recognizing their mutual interest in defending, enriching and disseminating the Portuguese language, shall promote bilaterally, or multilaterally, particularly within the framework of the Community of Portuguese-Speaking Countries, the establishment of joint centres for research into their common language and cooperate in its international dissemination, and to that end, shall support the activities of the International Portuguese Language Institute and similar private initiatives.

3. Cooperation in the area of education and research

Article 33

The Contracting Parties shall encourage and promote cooperation between their respective universities, institutions of higher education, museums, libraries, archives, film libraries, scientific and technological institutions and other cultural bodies.

Article 34

Each Contracting Party shall promote the establishment at its universities of chairs in the history, literature and other cultural areas of the other Party.

Article 35

Each Contracting Party shall promote the inclusion in its national curricula, at the various levels and in the various branches of education, of the study of the literature, history, geography and other cultural areas of the other Party.

Article 36

The Contracting Parties shall endeavour to coordinate the activities of lectors from Brazil and Portugal in other countries.

Article 37

On terms to be established in a supplementary agreement, Brazilian or Portuguese students enrolled at a university of one Contracting Party may be admitted to a university of the other Contracting Party to pursue part of their course of study.

Article 38

The system for establishing the equivalency of courses of study followed by nationals of the Contracting Parties at educational institutions of one Contracting Party for the pur-

pose of transfer and continuation of studies at educational institutions of the other Contracting Party shall also be established in a supplementary agreement.

4. RECOGNITION OF ACADEMIC DIPLOMAS AND DEGREES AND PROFESSIONAL QUALIFICATIONS

Article 39

1. Academic diplomas and degrees of higher education awarded by educational institutions accredited by one Contracting Party to nationals of either Contracting Party shall be recognized by the other Contracting Party, provided that they are authenticated by duly certified documents.

2. For the purposes of the preceding paragraph, academic diplomas and degrees are deemed to be those attesting to post-secondary courses of study of at least three years' duration.

Article 40

Competence to grant recognition of an academic diploma or degree and to award the corresponding academic diploma or degree rests with universities, in the case of Brazil, and with universities and other institutions of higher education, in the case of Portugal.

Article 41

Recognition shall be granted in all cases, unless it can be reliably demonstrated that there is a substantial difference between the knowledge and skills attested to by the diploma or degree in question and those attested to by the corresponding diploma or degree in the country in which recognition is requested.

Article 42

1. Brazilian universities and Portuguese universities and other institutions of higher education may conclude agreements ensuring automatic recognition of the academic diplomas and degrees conferred by them on nationals of either Contracting Party, taking into account the curricula of the various courses of study which they offer.

2. Such agreements must be approved by the competent authorities of each Contracting Party, if local legislation so requires.

Article 43

Without prejudice to potential decisions on maximum levels of enrolment, access to postgraduate courses at Brazilian universities and Portuguese universities and other institutions of higher education shall be granted to nationals of the other Contracting Party on the same conditions as nationals of the country in which the institution in question is located.

Article 44

By analogy, the provisions of articles 39 to 41 shall apply, mutatis mutandis, to the recognition of professional qualifications.

Article 45

1. Brazilian universities and Portuguese universities and other institutions of higher education, legally authorized professional associations or federations thereof and the competent public bodies of either Contracting Party may conclude agreements ensuring recognition of professional qualifications conferred by them on nationals of either Contracting Party.

2. Such agreements must be approved by the competent authorities of both Contracting Parties, unless they were signed by them.

5. ACCESS TO AND EXERCISE OF A PROFESSION

Article 46

Nationals of one Contracting Party may have access to and exercise a profession in the territory of the other Contracting Party on the same conditions as those required nationals of the other Contracting Party.

Article 47

If access to or the exercise of a profession is regulated in the territory of one Contracting Party by provisions arising from its participation in a regional integration process, nationals of the other Contracting Party may have access to and exercise that profession in the territory of the first Contracting Party on the same conditions as those stipulated for nationals of the other States participating in that regional integration process.

6. COPYRIGHT AND RELATED RIGHTS

Article 48

1. Each Contracting Party, in keeping with the international commitments that it has assumed, shall recognize and ensure the protection in its territory of the copyright and related rights of nationals of the other Party.

2. Electronic copyright shall be recognized and guaranteed on the same terms, provided that this is done under conditions of reciprocity.

3. Consideration shall be given to the most appropriate means of securing for beneficiaries of the regime set forth in the two preceding paragraphs the same treatment as that accorded to nationals in respect of the recognition of their rights.

TITLE IV. ECONOMIC AND FINANCIAL COOPERATION

1. GENERAL PRINCIPLES

Article 49

The Contracting Parties shall encourage and endeavour to promote the development and diversification of their economic and financial relations, through growing cooperation designed to ensure the strengthening and modernization of their respective economies without prejudice to the international commitments that they have assumed.

Article 50

Bearing in mind the provisions of the preceding article, the Contracting Parties shall endeavour to establish legal regimes for the various sectors of activity in order to ensure that individuals and legal entities of the two countries receive essentially uniform treatment.

Article 51

The Parties recognize that achievement of the objectives set forth in article 49 will require:

(a) Appropriate, systematic dissemination of up-to-date information on the two countries' capacity to supply goods, services and technology and to offer investment opportunities;

(b) Increased cooperation between Brazilian and Portuguese companies through cooperation, association and other agreements designed to promote their growth and technical progress and help increase the volume and value of trade flows between the two countries;

(c) Promotion and implementation of joint investment, co-investment and technology transfer projects in order to develop and modernize business structures in Brazil and Portugal and facilitate access to new activities on competitive terms at the international level.

Article 52

In order to achieve the objectives set forth in the preceding articles, the Parties propose, in particular, to:

(a) Encourage the exchange of information and experience and the implementation of joint research and planning studies and projects by institutions, companies and associations thereof of each country, in order to permit the development of common medium- or long-term development strategies in the various branches of economic activity;

(b) Promote or develop joint activities to provide scientific, professional and technical training to persons engaged in economic and financial activities in the two countries;

(c) Promote cooperation between Brazilian and Portuguese companies in implementing joint investment projects both in Brazil and Portugal and in third-country markets, in-

cluding through the establishment of joint ventures, with special emphasis on the areas of economic integration in which the two countries complement each other;

(d) Establish a systematic cxchange of information on national and international public tenders and facilitate access to this information by Brazilian and Portuguese economic operators;

(e) Coordinate their positions in international institutions in the areas of economics and finance, including on the issues of commodity markets and price stabilization.

Article 53

The areas open to cooperation between the two Parties, on the terms and with the objectives established in articles 49 to 52, shall include agriculture, fisheries, energy, industry, transport, communications and tourism, subject to supplementary sectoral agreements.

2. TRADE COOPERATION

Article 54

The Contracting Parties shall take the necessary measures to promote the growth and diversification of trade between the two countries and, without prejudice to the international commitments that they have assumed, shall accord the most favourable treatment possible to trade products of importance to Portuguese-Brazilian trade.

Article 55

The Contracting Parties shall accord each other all necessary facilities for the holding of exhibitions, fairs and similar events devoted to trade, industry, agriculture and handicrafts, including authorization for the temporary import and exemption from import duties, of samples and advertising materials and, in general, the simplification of customs procedures, on the terms and conditions established in their respective internal legislation.

3. INVESTMENTS COOPERATION

Article 56

1. Each Contracting Party shall promote investments in its territory by individual and legal entities of the other Contracting Party.

2. Investments shall be authorized by the Contracting Parties in accordance with their internal legislation.

Article 57

1. Each Contracting Party shall ensure, in its territory, non-discriminatory, fair and equitable treatment for investments made by individuals and legal entities of the other Contracting Party, as well as the free transfer of funds in connection therewith.

2. The treatment referred to in paragraph 1 shall be no less favourable than that accorded by the Contracting Party to investments made in its territory, on similar conditions, by third-country investors, with the exception of treatment accorded by virtue of participation in regional integration processes, agreements on the avoidance of double taxation and any other taxation agreement.

3. Each Contracting Party shall accord to investments made by individuals and legal entities of the other Party treatment no less favourable than that accorded to investments made by its own nationals, except where otherwise provided in their respective domestic legislation.

4. COOPERATION IN THE AREA OF FINANCE AND TAXATION

Article 58

The Contracting Parties may encourage financial institutions and organizations based in their territories to conclude inter-bank agreements and grant preferential loans, taking into account the legislation in force in the two countries and their respective international commitments, in order to facilitate the implementation of bilateral economic cooperation projects.

Article 59

1. Each Contracting Party shall base its conduct on the principle of non-discrimination in tax matters when dealing with nationals of the other Party.

2. The Contracting Parties shall develop a cooperative relationship in the area of taxation, including through the adoption of appropriate instruments for the avoidance of double taxation and tax evasion.

5. INDUSTRIAL PROPERTY AND UNFAIR COMPETITION

Article 60

Each Contracting Party, in keeping with the international commitments that it has assumed, shall recognize and ensure the protection, in its territory, of the industrial property rights of nationals of the other Party and shall guarantce their access to mechanisms for the elimination of unfair competition.

TITLE V. COOPERATION IN OTHER AREAS

1. ENVIRONMENT AND LAND MANAGEMENT

Article 61

The Contracting Parties undertake to cooperate in dealing appropriately with problems related to environmental protection, in the context of the sustainable development of both

countries, including the planning and management of national reserves and parks and training in environmental issues.

2. SOCIAL SECURITY

Article 62

The Contracting Parties shall continue and develop their cooperation in the area of social security, on the basis of the sectoral agreements in force.

3. HEALTH

Article 63

The Contracting Parties shall develop cooperative activities, including the provision of primary and specialized health-care services and the control of endemic diseases, and they affirm their interest in increased cooperation within international organizations in the health area.

4. JUSTICE

Article 64

1. The Contracting Parties undertake to assist each other in criminal matters and to combat the illicit production and trafficking of drugs and psychotropic substances.

2. They also propose to develop cooperation in the area of extradition and to establish an appropriate regulatory framework that will make it possible to transfer convicted persons to serve their sentence in their countries of origin, as well as to expand joint activities in the area of the administration of justice.

5. ARMED FORCES

Article 65

The Contracting Parties shall develop military cooperation in the defence area, including through the exchange of information and experience on issues of current interest, such as, inter alia, United Nations peacekeeping operations.

6. PUBLIC ADMINISTRATION

Article 66

Through the competent bodies and, where necessary, in consultation with specialized institutions and experts, the Contracting Parties shall develop cooperation in the sphere of

administrative reform and modernization on issues and in areas to be determined by them in advance.

7. CONSULAR ACTIVITIES

Article 67

The Contracting Parties shall promote rapid, direct contacts between their respective consular authorities.

Article 68

On the basis of existing sectoral agreements, the Contracting Parties shall develop cooperation mechanisms founded on the complementarity of their consular networks in order to extend consular protection to nationals of each country in locations, to be specified by them in advance, where there is no Brazilian consular office or no Portuguese consular office.

TITLE VI. IMPLEMENTATION OF THE TREATY

Article 69

A Portuguese-Brazilian Standing Commission shall be established to monitor the implementation of this Treaty.

Article 70

The Standing Commission shall consist of no more than five senior officials of each Contracting Party, designated by the Minister for Foreign Affairs of Brazil and the Minister for Foreign Affairs of Portugal.

Article 71

The chairmanship of the Standing Commission shall rotate annually between the head of the Brazilian delegation and the head of the Portuguese delegation.

Article 72

The Standing Commission shall meet annually in the country of the current Chairman and may be convened by the Chairman, on his own initiative or at the request of the head of the delegation of the other Party, whenever circumstances require.

Article 73.

The Standing Commission shall be responsible for monitoring the implementation of this Treaty, considering any difficulties or disagreements arising from its interpretation or

application, proposing appropriate measures to resolve such difficulties and suggesting amendments designed to better achieve its objectives.

Article 74

1. The Standing Commission may meet in plenary session or in subcommissions set up to consider matters relating to specific areas.

2. The subcommissions' proposals shall be submitted to the plenary of the Standing Commission.

Article 75

Any difficulties or disagreements arising from the interpretation or application of this Treaty shall be resolved through consultations, direct negotiation or any other diplomatic channel agreed by both Parties.

Article 76

The composition of the delegations participating in meetings of the Standing Commission or its subcommissions and the date, place and programme of work of such meetings shall be established through the diplomatic channel.

TITLE VII. FINAL PROVISIONS

Article 77

1. This Treaty shall enter into force 30 days after the date of receipt of the second of the notes by which the Contracting Parties shall inform each other that it has been approved in accordance with their respective constitutional procedures.

2. This Treaty may be amended by mutual agreement of the Contracting Parties. Such amendments shall enter into force in the manner set forth in paragraph 1.

3. Either Contracting Party may terminate this Treaty, in which case it shall cease to have effect six months after the reccipt of notification of termination.

Article 78

This Treaty revokes or abrogates the following bilateral legal instruments:

(a) Agreement between the United States of Brazil and Portugal for the abolition of visas in diplomatic and special passports, signed at Lisbon on 15 October 1951 through an exchange of notes;

(b) Treaty of friendship and consultation between Portugal and Brazil, signed at Rio de Janeiro on 16 November 1953;

(c) Brazil-Portugal Agreement for visas in common passports, signed at Lisbon on 9 August 1960 through an exchange of notes;

(d) Cultural agreement between Brazil and Portugal, signed at Lisbon on 7 September 1966;

(e) Additional Protocol to the Cultural Agreement of 7 September 1966 between Brazil and Portugal, signed at Lisbon on 22 April 1971;

(f) Convention on equality of rights and duties of Brazilian and Portuguese nationals, signed at Brasilia on 7 September 1971;

(g) Exchange of notes constituting an Agreement between Brazil and Portugal concerning the abolition of the residence tax on nationals of one country residing in the other, signed at Brasilia on 17 July 1979;

(h) Basic Agreement on cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Portuguese Republic, signed at Brasilia on 7 May 1991;

(i) Agreement on exemption from visas between the Federative Republic of Brazil and the Government of the Portuguese Republic, signed at Brasilia on 15 April 1996.

Article 79

Bilateral legal instruments not specifically mentioned in the preceding article shall remain in force to the extent that they do not conflict with this Treaty.

Done at Porto Seguro, on 22 April 2000, in duplicate in the Portuguese language, both texts being equally authentie.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Portuguese Republic:

JAIME GAMA
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

TRAITÉ D'AMITIÉ, DE COOPÉRATION ET DE CONSULTATION ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République portugaise (ci-après désignés par les "parties contractantes"),

Représentés par le Ministre des affaires étrangères du brésil et le Ministre des affaires étrangères du Portugal réunis à Porto Seguro le 22 avril 2000,

Considérant que cette date marque le cinquième centenaire de la découverte du Brésil,

Conscients de leurs nombreux objectifs communs et de la nécessité de réaffirmer, de renforcer et de développer les puissants liens qui unissent leurs deux peuples et qui sont le résultat de plus de trois siècles d'histoire partagée et l'expression d'une communauté profondément enracinée d'intérêts moraux, politiques, culturels, sociaux et économiques,

Reconnaissant l'importance d'instruments analogues qui ont précédé le présent traité,

Sont convenus de ce qui suit:

TITRE I. PRINCIPES DE BASE

1. BASES ET OBJECTIFS DU TRAITÉ

Article 1

Ayant à l'esprit la très longue amitié entre les deux pays, les parties contractantes décident que leurs relations seront basées sur les principes et les objectifs suivants :

1. Le développent économique, social et culturel fondé sur le respect des droits fondamentaux et des libertés proclamées dans la Déclaration universelle des droits de l'homme, le principe de l'organisation démocratique de la société et de l'Etat et la lutte pour une justice sociale plus grande et plus étendue;

2. Des liens plus étroits entre les deux peuples avec l'objectif de garantir la paix et le progrès dans les relations internationales dans le droit-fil des buts et des principes inscrits dans la Charte des Nations Unies;

3. Le renforcement de la communauté des pays lusophones dont sont membres le Brésil et le Portugal en tant qu'instrument fondamental pour la poursuite d'intérêts communs; et

4. La participation du brésil et du Portugal dans le processus d'intégration régionale telle que l'Union européenne et le Marché commun sud-américain (MERCOSUR) afin de rapprocher l'Europe et l'Amérique latine en vue de renforcer leurs relations.

Article 2

1. Le présent traité d'amitié, de coopération et de consultation établit les principes généraux qui régiront les relations entre les deux pays conformément aux principes et aux objectifs mentionnés plus haut.

2. Dans le cadre de ce présent traité, d'autres instruments juridiques existants ou futurs sont ou seront nécessaires pour développer ou réglementer des zones sectorielles spécifiques.

2. COOPÉRATION POLITIQUE ET STRUCTURES DE BASE POUR LA COOPÉRATION ET LES CONSULTATIONS

Article 3

Afin de renforcer les liens d'amitié et la coopération entre les parties contractantes, les consultations et la coopération politique sur les questions bilatérales et multilatérales d'intérêt commun doivent s'étendre.

Article 4

Les consultations et la coopération politique entre les parties contractantes se feront par :

(a) des visites régulières des Présidents des deux pays;

(b) des réunions au sommet annuelles des deux Gouvernements présidées par leurs chefs de l'exécutif respectifs;

(c) des réunions annuelles des responsables de la politique étrangère des deux pays qui se tiendra alternativement au brésil et au Portugal et également si c'est possible dans le cadre universel ou régional des organisations interuationales auxquelles les deux Etats appartiennent;

(d) par des visites réciproques des membres du pouvoir exécutif, législatif et judiciaire des deux pays en plus des visites mentionnées dans les paragraphes précédents et notamment par des visites qui aident à renforcer la coopération interparlementaire;

(e) par des consultations politiques entre les hauts responsables du Ministère des affaires étrangères du Brésil et du Ministère des affaires étrangères du Portugal; et

(f) par des réunions du Comité permanent eréé en vertu de l'article 69 du présent traité.

Article 5

Les consultations et la coopération sur des questions culturelles, scientifiques, économiques, et financières et dans d'autres domaines scientifiques se feront par l'intermédiaire de mécanismes prévus à cette fin dans le traité et dans des aecords sectoriels dans ces domaines.

TITRE II. BRÉSILIENS AU PORTUGAL ET PORTUGAIS AU BRÉSIL

1. ENTRÉE ET SÉJOUR DE BRÉSILIENS AU PORTUGAL ET DE PORTUGAIS AU BRÉSIL

Article 6

Les détenteurs de passeports brésiliens ou portugais diplomatiques, officiels ou ordinaires peuvent entrer ou sortir du territoire des deux pays sans visa d'aucune sorte.

Article 7

1. Les détenteurs de passeports communs brésiliens ou Portugais qui souhaitent être admis sur la territoire de l'un ou l'autre pays pour des raisons culturelles ou d'affaires ou encore pour des raisons journalistiques ou touristiques, pendant une période ne dépassant pas 90 jours sont dispensés de visa.

2. La période mentionnée dans le paragraphe 1 peut être prorogé pour une nouvelle période de 90 jours selon la législation sur l'immigration des deux pays.

Article 8

L'exemption de visa mentionnée dans l'article précédent ne dispense pas ceux qui en sont les bénéficiaires d'observer les lois et les règlements en vigueur concernant l'entrée et lez séjour des étrangers dans le pays d'accueil.

Article 9

Les bénéficiaires de l'exemption de visa mentionnée à l'article 6 ne peuvent pas se livrer à des activités professionnelles rémunérées à partir d'une source de paiement située dans le pays d'accueil.

Article 10

Les parties contractantes doivent se communiquer des spécimens de passeports en cas de changement de format.

Article 11

Les ressortissants de l'une des parties contractantes qui résident sur le territoire de l'autre partie contractante sont exonérés d'impôt de résidence sur une base réciproque.

2. STATUT ÉGAL DES BRÉSILIENS ET DES PORTUGAIS

Article 12

Les Brésiliens au Portugal et les Portugais au Brésil qui bénéficient d'un statut égal bénéficient des mêmes droits et sont sujets aux mêmes devoirs que les ressortissants de ces Etats selon les termes et les conditions des articles suivants.

Article 13

1. Le fait pour les Brésiliens au Portugal et pour les Portugais au Brésil de bénéficier d'un statut égal aux ressortissants des deux pays n'entraînent pas pour eux la perte de leur nationalité respective.

2. Sous réserve des dispositions du paragraphe 3 de l'article 17, les Brésiliens et les Portugais mentionnés au paragraphe 1 continueront à exercer tous les droits et devoirs inhérents à leur nationalité respective à l'exception de ceux qui sont incompatibles avec la souveraineté nationale et la politique intérieure de l'Etat de résidence.

Article 14

Sont exclus du champ d'application de l'article 12, les droits réservés exclusivement de par la constitution de chacun des deux Etats à leurs nationaux d'origine.

Article 15

L'égalité des droits et obligations sera reconnue par décision du Ministère de la justice au Brésil, et du Ministère de l'intérieur, au Portugal, aux Portugais et aux Brésiliens qui en feront la demande, pour autant qu'ils jouiront de leurs droits civiques et seront résidents permanents de l'un ou l'autre pays respectivement.

Article 16

L'égalité des droits et obligations cessera d'être reconnue à l'extinction u permis de séjour sur le territoire de l'Etat ou en cas de perte de la nationalité.

Article 17

1. Les Portugais résidant au Brésil et les Brésiliens résidant au Portugal jouiront des droits politiques sous réserve qu'ils aient résidé de façon permanente depuis trois ans dans le pays et qu'ils aient présenté à l'autorité compétente une dcmande écritc à cet effet.

2. En ce qui concerne les droits politiques, le principe de l'égalité ne s'applique pas aux personnes qui auraient été privées des droits correspondants dans l'Etat dont elles ont la nationalité.

3. La jouissance des droits politiques dans l'Etat de résidence est subordonnée à la suspension de l'exercice de ces mêmes droits dans l'Etat de nationalité.

Article 18

Les Brésiliens et les Portugais auxquels s'appliquera le statut égalitaire seront assujettis à la législation pénale de l'Etat de résidence au même titre que les ressortissants d'origine dudit Etat. et ne pourront faire l'objet de mesures d'extradition, si ce n'est à la demande du Gouvernement de l'Etat dont ils ont la nationalité.

Article 19

Les Portugais et les Brésiliens visés à l'article 12 ne pourront pas effectuer de service militaire dans l'Etat de résidence. la situation des nationaux de l'un ou l'autre Etat sera en effet régie respectivement par la législation propre à chacun d'eux.

Article 20

Un citoyen portugais ou brésilien, jouissant de l'égalité des droits et obligations, qui s'absente du territoire de l'Etat de résidence, ne bénéficie que de la protection diplomatique de l'Etat dont il a la nationalité.

Article 21

Les Gouvernements portugais et brésilien s'engagent à se communiquer réciproquement par la voie diplomatique, tous les cas d'acquisition ou de perte de statut garantissant l'égalité des droits et obligations régi par le présent traité.

Article 22

Les Portugais résidant au Brésil et les Brésiliens résidant au Portugal seront dotés, pour l'usage intérieur, de documents d'identité identiques à ceux des nationaux des Etats respectifs, qui porteront mention de la nationalité du titulaire et feront référence au présent traité.

TITRE III COOPÉRATION CULTURELLE, SCIENTIFIQUE ET TECHNOLOGIQUE

1. PRINCIPES GÉNÉRAUX

Article 23

1. Chacune des parties contractantes favorisera la création et l'entretien sur son territoire, de centres et instituts pour l'étude la diffusion et la recherche sur la littérature, l'art, la science et la technologie de l'autre partie.

2. Les centres et instituts susmentionnés comprendront des bibliothèques et des centres de biographie et de documentation, des cinémathèques, des vidéothèques et des centres destinés aux autres média.

Article 24

1. Chacune des parties contractantes s'efforcera de faire mieux connaître son patrimoine culturel sur le territoire de l'autre partie au moyen de livres, périodiques et autres publications, de moyens audiovisuels et électroniques, de conférences, dc concerts, d'expositions, de représentations cinématographiques, de productions théâtrales et d'autres manifestations artistiqucs analogues, d'émissions radiophoniques et télévisées.

2. La partie qui est à l'origine des activités mentionnées au paragraphe 1 du présent article prendra à sa charge les dépenses y afférentes. La partie qui accueille les manifestations fournira toute l'assistance et l'appui nécessaires.

3. Le matériel nécessaire à ces manifestations sera exonéré de redevances et autres taxes.

Article 25

Chacune des parties contractantes favorisera et encouragera l'échange de professeurs, d'artistcs, de savants, de chercheurs et d'autres représentants d'activités culturelles diverses afin de promouvoir l'organisation de conférences, de stages, de cours, d'enquêtes ou de recherches sur le territoire de l'autre partie.

Article 26

1. Chacune des parties contractantes accordera chaque année des bourses d'études à des ressortissants de l'autre partie qui sont des universitaires, des membres de professions libérales, des techniciens, des scientifiques, des chercheurs, des écrivains, et des artistes afin qu'ils perfectionnent leurs connaissances ou effectuent des recherches dans leur domaine de spécialisation.

2. Lcs bourses doivent être utilisées sur le territoire de la partie qui les accorde.

Article 27

1. Chaquc partie contractante encouragera par l'intermédiaire d'institutions publiques ou privées, cn particulier d'instituts scientifiques, de sociétés d'écrivains ou d'artistes, d'instituts ou d'associations du Livre, l'envoi régulier de ses publications ou autres moyens d'cxpression culturelle aux institutions mentionnées au paragraphe 2 de l'article 23.

2. Chacune des parties contractantes encouragera l'édition, l'édition, la co-édition et l'importation des oeuvres littéraires, artistiques, scientifiques et techniques d'auteurs ressortissants de l'autrc partie.

3. Les partics contractantes favoriseront les arrangements entre les organes représentatifs de l'industrie du livre, en vue de la conclusion d'accords sur la traduction en portugais d'oeuvres étrangères et l'édition de celles-ci en langue portugaise.

4. Les parties contractantes organiseront, par l'intermédiaire de leurs services compétents la diffusion coordonnée des rééditions d'oeuvre classiques et des éditions d'oeuvres originales parues sur leurs territoires respectifs, en quantité suffisante pour répandre régu-

lièrement leurs cultures respectives parmi les institutions et les personnes intéressées dans l'une ou l'autre partie.

Article 28

1. Les parties contractantes s'engagent à encourager la coopération dans les domaines de la science et de la technologie.

2. La coopération peut s'engager, notamment, sous la forme de l'information et de la documentation scientifique, technique et technologique, de l'échange de professeurs, d'étudiants, de scientifiques, de chercheurs, d'experts et de techniciens, de l'organisation de visites et de voyages d'études pour des délégations de scientifiques et de techniciens, d'examen, de développement et de mise en oeuvre de recherche scientifique conjointe ou coordonnée, de projets et de programmes de développement technologique et d'appui à l'organisation par chaque partie contractante d'expositions scientifiques, techniques et industrielles sur le territoire de l'autre partie.

Article 29

Le savoir-faire technologique acquis conjointement par la coopération dans les domaines de la science et de la technique sous la forme de réalisations ou de processus constituant des découvertes doit être considéré comme étant une propriété commune et peut être breveté dans l'un ou l'autre pays conformément à la législation applicable.

Article 30

Les parties contractantes sont décidées à faire des microfilms ou autre reproduction électronique de documents figurant dans leurs archives respectives sur l'importance de l'héritage national du brésil et du Portugal et examineront la possibilité d'y associer, sur demande, d'autres pays qui partagent les mêmes traditions culturelles.

Article 31

1. Chacune des parties contractantes encouragera la co-production de films, de vidéos et autres media audiovisuels, comme prévu dans les paragraphes suivants afin d promouvoir les échanges entre les deux pays dans le domaine de la cinématographie et autres média audiovisuels.

2. Les films et les courts-métrages réalisés en co-production seront considérés comme des productions nationales par les autorités compétentes des deux pays et bénéficieront des privilèges et avantages accordés à ces productions par la législation de chaque partie contractante.

3. Les termes selon lesquels la production conjointe de films cinématographiques par des organisations ou par des sociétés des deux pays seront considérés comme des co-production aux fins de l'application du paragraphe 2 et les procédures qui seront suivies dans la mise en oeuvre de ces projets seront fixés dans un accord supplémentaire.

4. D'autres co-productions audiovisuelles seront considérées comme des co-productions nationales par les autorités compétentes des deux pays et pourront bénéficier des bénéfices et avantages accordés par la législation de chacune des parties à leur propre production selon des dispositions qui seront fixés dans un accord supplémentaire.

2. COOPÉRATION EN CE QUI CONCERNE LA LANGUE PORTUGAISE

Article 32

Reconnaissant que qu'il est de leur intérêt commun de défendre, d'enrichir et de diffuser la langue portugaise, les parties contractantes s'efforceront de promouvoir au niveau bilatéral et multilatéral, notamment dans le cadre de la Communauté des pays de langue portugaise, l'établissement de centres conjoints pour la recherche de leur langue commune et coopéreront en vue de sa diffusion universelle. A cette fin, les deux pays appuieront les activités de l'Institut international du portugais et d'autres initiatives privées similaires.

3. COOPÉRATION DANS LE DOMAINE DE L'ÉDUCATION ET DE LA RECHERCHE

Article 33

Les parties contractantes favoriseront et encourageront la coopération entre leurs universités respectives leurs établissements d'enseignement supérieur, leurs musées, leurs bibliothèques, leurs archives, leurs cinémathèques, leurs instituts scientifiques et technologiques et autres établissements culturels.

Article 34

Chacune des parties contractantes encouragera la création dans les universités, de chaires consacrées à l'étude l'histoire, de la littérature et d'autres aspects de la culture de l'autre partie.

Article 35

Chacune des parties contractantes s'efforcera d'introduire dans ses programmes d'enseignement nationaux, aux différents niveaux et dans les différentes branches, l'étude de la littérature, de l'histoire, de la géographie et des autres aspects de la culture de l'autre partie

Article 36

Les parties contractantes s'efforceront de coordonner les activités des lecteurs brésiliens et portugais dans d'autres pays.

Article 37

Les étudiants brésiliens ou portugais inscrits à l'université de l'une des parties contractantes peuvent être admis à l'université de l'autre partie pour poursuivre ses études, selon les termes qui seront fixés dans un accord supplémentaire.

Article 38

Un accord supplémentaire portera sur l'équivalence des cours suivis par les ressortissants des parties contractantes dans les institutions d'enseignement d'une partie contractante et leur validation par les institutions de l'autre partie.

4. VALIDATION DES DIPLÔMES ACADÉMIQUES ET QUALIFICATIONS PROFESSIONNELLES

Article 39

1. Les diplômes académiques et les grades univcrsitaires en enseignement supérieur conférés par des institutions d'enseignement supérieur accrédités par une partie contractante aux ressortissants de l'une ou l'autre des parties contractantes seront recounus par l'autre partie contractante, à condition qu'ils soient authentifiés par des documents dûment certifiés.

2. Aux fins d'application du paragraphe précédent, les diplômes académiques et les grades universitaires sont considérés comme des documents attestant qu'ils sanctionnent des études post-secondaires d'une durée de trois ans au minimum.

Article 40

Au Brésil, seules les universités ont la compétence néccssaire pour reconnaître des diplômes académiques et des grades universitaires et accorder l'équivalence correspondante; au Portugal les universités et les enseignements d'enseignement supérieur ont cette compétence.

Article 41

L'équivalence doit être accordée dans tous les cas, à moins que l'on puisse faire la démonstration qu'il existe une différence substantielle entre les connaissances qu'atteste le diplôme en question et celles attestées par le diplôme correspondant dans le pays où l'équivalence est demandée.

Article 42

1. Les universités brésiliennes et les universités portugaises et d'autres institutions d'enseignement supérieur peuvent conclure des accords qui assurent l'équivalence automatique des diplômes académiques et des grades qu'elles confèrent aux ressortissants de l'une ou l'autre des parties contractantes en tenant compte des programmes des cours qu'elles proposent.

2. Ces accords doivent être approuvés par les autorités compétentes de chacune des parties contractantes si la législation locale l'exige.

Article 43

Sans préjudice des décisions potentielles concernant les niveaux d'inscription, l'accès aux cours d'études supérieures dans les universités brésiliennes et portugaises et dans d'autres institutions d'éducation supérieure n'est consenti aux ressortissants de l'autre partie contractante que dans des conditions analogues à celles consenties aux ressortissants du pays dans lequel l'institution en question est située.

Article 44

De façon analogue, les dispositions des articles 39 et 41 s'appliquent mutatis mutandis à la reconnaissance des qualifications professionnelles.

Article 45

1. Les universités brésiliennes et les universités portugaises ainsi que d'autres institutions d'enseignement supérieur et d'autres associations et fédérations professionnelles légalement autorisées associées à celles ci, de même que des organes publics des parties contractantes peuvent conclure des accords garantissant les qualifications professionnelles qu'ils confèrent aux ressortissant de l'une ou l'autre des parties.

2. Ces accords doivent être approuvés par les autorités compétentes des deux parties contractantes à moins qu'elles l'aient signés.

5. ACCÈS ET EXERCICE D'UNE PROFESSION

Article 46

Les ressortissants de l'une des parties contractantes peut exercer une profession sur le territoire de l'autre partie contractante aux mêmes conditions que celles exigées des ressortissants de l'autre partie.

Article 47

Si l'exercice d'une profession est régi sur le territoire de l'une des parties contractantes par des dispositions relevant de sa participation à un processus d'intégration régionale, les ressortissants de l'autre partie contractante peuvent exercer cette profession sur le territoire de la première partie contractante aux mêmes conditions que celles stipulées pour les ressortissants des autres Etats qui participent au processus d'intégration régionale.

6. DROITS D'AUTEUR ET DROITS CONNEXES

Article 48

1. Chacune des parties contractantes, conformément à ses engagements internationaux, doit reconnaître et assurer la protection sur son territoire des droits d'auteur et des droits connexes des ressortissants de l'autre partie.

2. Des droits d'auteur par des moyens électroniques doivent être reconnus et garantis selon des termes identiques sous condition de réciprocité.

3. Chacune des parties contractantes déterminera le meilleur moyen d'accorder aux auteurs de l'autre partie un traitement égal à celui qui est réservé aux auteurs nationaux en ce qui concerne la perception de leurs droits.

TITRE IV COOPÉRATION ÉCONOMIQUE ET FINANCIÈRE

1. PRINCIPES GÉNÉRAUX

Article 49

Les parties encourageront et s'efforceront de développer et de diversifier les relations économiques entre leurs deux pays grâce à la coopération économique sous diverses formes, contribuant ainsi au dynamisme et à la modernisation de leurs économies, sans préjudice des engagements internationaux auxquels chacun d'eux est partie.

Article 50

Ayant à l'esprit les dispositions de l'article précédent, les parties contractantes s'engagent à établir des régimes juridiques pour les différents secteurs d'activité afin de s'assurer que les personnes physiques et les entités juridiques des deux pays reçoivent un traitement uniforme.

Article 51

Les parties reconnaissent que pour atteindre les objectifs fixés par l'article 49, il faudra:

(a) promouvoir la diffusion systématique et appropriée d'une information mise à jour sur la capacité des deux pays d'offrir des biens, des services, la technologie et les possibilités d'investissements;

(b) favoriser une coopération accrue entre les sociétés brésiliennes et portugaises par la coopération, l'association et d'autres accords qui visent à promouvoir leur croissance et le progrès technique et à accroître le volume et la valeur des flux commerciaux entre les deux pays;

(c) encourager l'exécution de projets d'investissement, de co-investissement et de transfert de technologie permettant aux deux pays d'entreprendre des activités nouvelles,

propres à améliorer le niveau technologique et concurrentiel de leurs industries sur le plan international.

Article 52

En vue d'atteindre les objectifs indiqués dans les articles précédents les parties proposent notamment de :

(a) favoriser l'échange d'informations et d'expérience et la mise en oeuvre de recherche conjointe et encourager l'élaboration d'études et de projets par des institutions, des sociétés et des associations de chaque pays afin de mettre au point des stratégies destinées à développer les activités à moyen et à long terme des différentes branches de l'activité économique.

(b) promouvoir ou développer des activités conjointes afin de fournir une formation scientifique, professionnelle et technique aux personnes engagées dans les activités financières et économiques des deux pays;

(c) promouvoir la coopération entre les sociétés portugaises et brésiliennes dans la mise en oeuvre de projets conjoints d'investissements au Brésil et au Portugal et dans des pays tiers, y compris par l'établissement de coentreprises en mettant spécialement l'accent sur les zones d'intégration économique dans lesquelles les deux pays peuvent se compléter.

(d) établir un échange systématique d'informations sur les marchés publics nationaux et internationaux et faciliter l'accès à ces informations aux agents économiques brésiliens et portugais.

(e) coordonner leurs positions dans les institutions internationales dans les domaines de l'économie et des finances y compris sur les questions relatives aux marchés des produits de base et à la stabilisation des prix.

Article 53

Les domaines ouverts à la coopération entre les deux parties en ce qui concerne les termes et les objectifs fixés dans les articles de 49 à 52 comprennent l'agriculture, la pêche, l'énergie, l'industrie, le transport, les communications et le tourisme, sous réserve d'accords sectoriels supplémentaires.

2. COOPÉRATION COMMERCIALE

Article 54

Les parties contractantes prendront les mesures voulues pour promouvoir la croissance et la diversification des échanges commerciaux entre les deux pays et, sans préjudice des engagements internationaux auxquels les deux pays ont souscrits, les produits intéressant le commerce lusitano-brésilien devront bénéficier du meilleur traitement possible.

Article 55

Les parties contractantes doivent se consentir mutuellement toutes les facilités nécessaires pour organiser des expositions, des foires ou des manifestations similaires relatives au commerce, à l'industrie, à l'agriculture, à l'artisanat y compris le bénéfice de l'importation temporaire, la dispense du paiement des droits d'importation en ce qui concerne les échantillons et le matériel publicitaire, et, d'une façon générale, la simplification des formalités douanières selon les termes et les conditions fixés par leur législation respective;

3. COOPÉRATION EN MATIÈRE D'INVESTISSEMENTS

Article 56

1. Chacune des parties contractantes doit promouvoir des investissements sur son territoire par des personnes physiques et par les entités juridiques de l'autre partie contractante.

2. Les investissements doivent être autorisés par les parties contractantes conformément à leur législation interne.

Article 57

1. Chaque partie contractante doit garantir sur son territoire un traitement non discriminatoire, loyal et équitable aux investissements effectués par des personnes physiques ou par des entités juridiques de l'autre partie contractante ainsi que le transfert libre des fonds relatifs à ces investissements

2. le traitement mentionné au paragraphe 1 ne doit pas être moins favorable que celui accordé par les parties contractantes aux investissements effectués sur leur territoire, dans des conditions identiques par des investisseurs d'une tierce partie à l'exception du traitement accordé, en vertu de la participation à un processus régional d'intégration, par les accords visant à éviter la double imposition et autres accords sur l'imposition.

3. Chacune des parties contractantes doit accorder aux investissements effectués par les personnes physiques et les entités juridiques de l'autre partie contractante un traitement non moins favorable que celui accordé aux investissements de ses propres ressortissants à l'exception des dispositions prévues dans les législations nationales respectives qui seraient contraires.

4. COOPÉRATION DANS LE DOMAINE DE LA FINANCE ET DE L'IMPOSITION

Article 58

Les parties contractantes doivent encourager les institutions financières et les organisations basées sur leur territoire à conclure des accords entre banques et à accorder des prêts oau arif préférentiel en tenant compte de la législation en vigueur dans les deux pays et de leurs engagements internationaux respectifs afin de faciliter la mise en oeuvre de projets bilatéraux de coopération économique.

Article 59

1. Chacune des parties contractantes doit fonder sa conduite sur le principe de la non-discrimination en matière d'impôts lorsqu'elle négocie avec les ressortissants de l'autre partie.

2. Les parties contractantes doivent développer une relation de coopération dans le domaine de l'imposition y compris par l'adoption d'instruments appropriés pour éviter la double imposition et l'évasion fiscale.

5. PROPRIÉTÉ INDUSTRIELLE ET COMPÉTITION DÉLOYALE

Article 60

Chacune des parties contractantes, dans le respect de ses engagements internationaux, doit reconnaître et assurer la protection sur son territoire des droits de propriété industrielle des ressortissants de l'autrc partie et doit garantir leur accès aux mécanismes prévus pour éliminer la compétition déloyale.

TITRE V. COOPÉRATION DANS D'AUTRES DOMAINES

1. ENVIRONNEMENT ET GESTION DES TERRES

Article 61

Les parties contractantes s'engagent à coopérer afin de d'aborder de façon appropriée les problèmes relatifs à la protection de l'environnement dans le contexte du développement durable des deux pays, notamment la planification et la gestion des parcs et des réserves nationaux et la formation d'experts de ces questions;

2. SÉCURITÉ SOCIALE

Article 62

Les parties contractantes doivent poursuivre et développer leur coopération dans les domaines de la sécurité sociale sur la base d'accords sectoriels en vigueur.

3. SANTÉ

Article 63

Les parties contractantes doivent développer des activités coopératives, y compris la fourniture de soins de santé primaires et spécialisés et le contrôle des maladies endémiques et doivent affirmer leur intérêt dans une coopération accrue avec les organisations internationales dans le domaine de la santé.

4. JUSTICE

Article 64

1. Les parties contractantes s'engager à s'entraider dans le domaine des matières criminelles et à combattre la production illicite et le trafic des stupéfiants et des substances psychotropes.

2. Les parties contractantes s'engagent également à développer leur coopération dans le domaine de l'extradition et à établir un cadre de règlement approprié qui rendra possible le transfert des personnes condamnées dans leur pays d'origine pour exécuter leur peine et pour étendre les activités conjointes dans le domaine de l'administration de la justice.

5. FORCES ARMÉES

Article 65

Les parties contractantes doivent développer la coopération militaire dans le domaine de la défense, notamment par l'échange d'information et d'expérience sur des questions d'intérêt courant telles que les opérations de maintien de la paix des Nations Unies.

6. ADMINISTRATION PUBLIQUE

Article 66

Par l'intermédiaire des organes compétents et si c'est nécessaire, en consultation avec les institutions spécialisées et les experts, les parties contractantes doivent développer la coopération dans la sphère de la modernisation et de la réforme administrative sur des questions et dans des domaines qu'elles détermineront à l'avance.

7. LES ACTIVITÉS CONSULAIRES

Article 67

Les partires contractantes doivent promouvoir des contacts rapides et directs avec leurs autorités consulaires respectives.

Article 68

Sur la base des accords sectoriels existants, les parties contractantes doivent développer des mécanismes de coopération fondés sur la complémentarité de leurs réseaux consulaires ainsi que l'extension de la protection consulaire aux ressortissants de chaque pays dans des lieux qui seront spécifiés à l'avance et qui n'ont ni consulat portugais ni consulat brésilien.

TITRE VI MISE EN OEUVRE DU TRAITÉ

Article 69

Une commission permanente lusitano-brésilienne sera mise sur pied pour contrôler l'application du traité.

Article 70

Le Commission permanente sera composée de cinq hauts fonctionnaires de chacune des parties contractantes désignés les ministres des affaires étrangères du Brésil et du Portugal.

Article 71

La présidence de la Commission sera assurée annuellement sur une base tournante par le chef de la délégation brésilienne et le chef de la délégation portugaise.

Article 72

La Commission permanente se réunira annuellement dans le pays qui assure la présidence en exercice et peut être convoquée par le président de sa propre initiative ou à la demande du chef de la délégation de l'autre partie si les circonstances l'exigent.

Article 73

La Commission permanente aura la charge de surveiller la mis en oeuvre du traité, d'examiner les difficultés et les désaccords provenant de son interprétation et de son application, de proposer des mesures appropriées pour résoudre ces difficultés et de suggérer des amendements destinés à lui permettre de mieux atteindre ses objectifs.

Article 74

1. La Commission permanente peut se réunir en session plénière ou en sous-commissions pour examiner des questions relatives à des domaines spécifiques.

2. Les propositions des sous-commissions doivent être soumises à la plénière de la Commission permanente.

Article 75

Toute difficulté ou désaccord résultant de l'interprétation ou de l'application du présent traité doit être résolu par consultation, négociations directes ou par toute voie diplomatique acceptée par les deux parties.

Article 76

La composition des délégations qui participent aux réunions de la Commission permanente ou de ses sous-commissions et la date, le lieu et le programme de travail de ces réunions seront établis par voie diplomatique.

TITRE VII DISPOSITIONS FINALES

Article 77

1. Le présent traité entrera en vigueur 30 jours après la date de la seconde des notes par lesquelles les parties contractantes se seront notifiées réciproquement leur accord conformément aux formalités constitutionnelles en vigueur dans leur pays.

2. Le présent traité peut être amendé par accord mutuel des parties contractantes. Les amendements entrent en vigueur selon la procédure prévue au paragraphe 1.

3. Chacune des parties contractantes peut dénoncer le présent traité. Il cesse d'être en vigueur six mois après la réception de la notification de la dénonciation.

Article 78

Le présent traité révoque ou abroge les instruments juridiques bilatéraux suivants :

a) Accord entre les Etats Unis du Brésil et le Portugal pour la suppression des visas diplomatiques et des passeports spéciaux signé à Lisbonne le 15 octobre 1951 par un échange de notes;

b) Traité d'amitié et de consultation entre le Portugal et le Brésil signé à Rio de Janeiro le 16 novembre 1953;

c) Accord Brésil Portugal relatif aux visas sur les passeports communs, signé à Lisbonne le 9 août 1960 par un échange de notes;

d) Accord culturel entre le Brésil et le Portugal signé à Lisbonne le 7 septembre 1966;

e) Protocole additionnel à l'accord culturel du 7 septembre 1966 entre le Brésil et le Portugal signé à Lisbonne le 22 avril 1971;

f) Convention sur l'égalité des droits et des devoirs des citoyens brésiliens et portugais, signé à Brasilia le 7 septembre 1971;

g) Echange de notes constituant un accord entre le Brésil et le Portugal concernant l'abolition, sur la base de la réciprocité, de la taxe de séjour pour les Brésiliens résidant au Portugal, signé à Brasilia le 17 juillet 1979;

h) Accord cadre de coopération entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République portugaise signé à Brasilia le 7 mai 1991;

i) Accord sur l'exemption des visas entre la République fédérative du Brésil et le gouvernement de la République du Portugal signé à Brasilia le 15 avril 1996.

Article 79

Les instruments juridiques bilatéraux qui ne sont pas spécifiquement mentionnés dans l'article précédent restent en vigueur dans la mesure où ils ne contredisent pas le présent traité.

Fait à Porto Seguro le 22 avril 2000 en deux copies originales en portugais; les deux textes faisant foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
Le Ministre des affaires étrangères,
LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République portugaise
Le Ministre des affaires étrangères,
JAIME GAMA